Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Solla de Goicq

Class.: Política Indigenista

Data: 1 de fevereiro de 1981

Pg.: 456 Oficial

EDITORIAL

A Funai e sua selva urbana

A Funai decidiu retirar índios das Universidades. Lugar de índio, segundo norma da Funai, é no mato. E no mato não há Universidade.

Que a decisão foi tomada sem consulta ao órgão superior, no caso o Ministério do Interior, explicitou-se com a própria reação do titular Mário Andreazza: suspenda-se a ordem.

O fato sugere dois ângulos de imprescindível ajuizamento: o primeiro permite a expectativa sobre como se corrigirá uma decisão de tamanhas implicações sem que os autores percam o cargo; o segundo será conseqüente, isto é, como se reformulará a política indígena.

Pois qualquer observador deduz que a medida intentada pela Funai ostenta maior dose de receio, de surgirem outros Jurunas do que fazer obedecida a Lei, até então mantida fora do caso.

E receio de outros Jurunas, por que?

O affaire Juruna adquiriu projeção exatamente pela inclinação da Funai aos recursos impositivos ao invés de conduzir, com sensatez, o pleito da viagem do índio à Europa. Ficou claríssimo, à época, que se armara uma arapuca a fim de colher um espécime silvícola e submetê-lo à exploração política de um tribunal irreconhecido pelo Brasil. Sem precaver-se contra as repercussões da negativa, pura e simples, a objeção da Funai caiu sob o peso da Justiça e incrementou o alarde, sob o qual

Juruna se viu sentado na presidência de honra de uma corte falaciosa.

Perspicaz, sensível às mudanças de uma revolução em que se engajou no começo e procura confirmar, embora sob duros revezes, o ministro Andreazza deverá reordenar o comportamento da Funai para que interrompa o jorro desses atos obtusos. É jurisprudência histórica a respeitabilidade hierárquica, especialmente para as decisões cujos efeitos não se manifestam para baixo e, sim, para cima.

Impedir o índio de estudar é absurdo, além de desumano. Invoque-se qual for o suporte legal. Este, legal, se negará diante do legítimo direito à vida social assegurada pela Constituição.

Alterem-se, pois, os artigos obsoletos e afrontosos aos direitos humanos. Invocá-los, compensando-se da inferioridade de imaginação quando nos momentos de manifesta autoridade, concorre para agravos e repulsas.

A Funai não deve exercer o papel de tutora do índio. Deve é conduzi-lo à integração social, já que se propôs a catequizá-lo, conquistá-lo a amizade, coisa avessa a subordinanças discricionárias e até discriminatórias.

Obstruir o acesso do índio às Universidades, no âmbito urbano, exigiria a obstrução dos cidadãos das cidades ao acesso do mato.

E nenhuma das alternativas demonstraria sintoma de racionalidade.